



**Cooperativa de Eletrificação Rural de
Itaí Paranapanema Avaré Ltda.- “CERIPA”**
Rua Manoel Joaquim Garcia, 1177-CEP 18.730-000-Itaí/SP
CNPJ 49.606.312/0001-32 / IE 366.000.730.110
Fone (14) 3761 9400 – Fax (14) 3761-9401
www.ceripa.com.br / e-mail: ceripa@uol.com.br

Relatório da Administração 2017

Relatório da Administração 2017 - CERIPA.....	03
Apresentação.....	04
Carta do Presidente.....	05
Cenário.....	06
A CERIPA em números.....	13
Balço Social.....	15
Agradecimentos.....	19
Demonstrações Contábeis 2017.....	20
Notas Explicativas.....	28
Parecer dos Auditores Independentes.....	65

Relatório Anual da Administração da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí Paranapanema Avaré Ltda. - CERIPA

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí – Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA, que contava com 1.788 e 1.815 cooperados no final de 2017 e de 2016, respectivamente, tem por objetivo promover o desenvolvimento sócio-econômico através do fornecimento de energia elétrica, e do estímulo progressivo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e de racionalização. Suas principais atividades são: a distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão e prestação de serviços de eletrificação.

Em 12 de junho de 2008, a Administração da Cooperativa assinou o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica junto a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objeto é estabelecer os direitos e obrigações da Cooperativa para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, na qualidade de permissionária, pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogado por mais 10 (dez) anos, conforme Aditivo Contratual assinado em 2017, em área delimitada e sem caráter de exclusividade, para exploração, a título precário, do serviço de energia elétrica, nos municípios de Itatinga, Arandu, Avaré, Itaí, Paranapanema, Taquarituba, Buri, Coronel Macedo, Itaberá e Itapeva, todos no Estado de São Paulo. A Cooperativa possui bens classificados como ativo imobilizado, ainda que de valor não expressivo, utilizados na obtenção de renda.

Estamos sempre em busca de superações e melhorias, por isso fazemos investimentos, criamos e superamos desafios, tendo como objetivo, prestar os melhores serviços a todos os consumidores que utilizam nossa energia.

Apresentação

Senhoras e Senhores Cooperados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2017.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos cooperados, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaipó Paranapanema Avaré Ltda. – CERIPA perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Cooperativa.

Carta do Presidente

Ao findar 2017, lembramos que nossa trajetória começou de que a população rural precisava ter energia em casa. Encerrando este exercício, agradecemos a todos os associados pela credibilidade, aos funcionários da cooperativa pelos bons serviços prestados e todos aqueles que direta ou indiretamente procuraram colaborar com esta entidade.

É importante frisar que a CERIPA trabalha seguindo normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.

Aproveitamos à oportunidade para agradecer aos Senhores Cooperados, aos colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Empresas Terceirizadas e Consumidores, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso.

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaipá Paranapanema Avaré Ltda. é uma Distribuidora de Energia Elétrica que fornece energia nos municípios de Itatinga, Arandu, Avaré, Itaipá, Paranapanema, Taquarituba, Buri, Coronel Macedo, Itaberá e Itapeva, todos no Estado de São Paulo, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Prestamos os melhores serviços há mais de 45 anos e, para isso, valorizamos do corpo funcional da CERIPA onde focamos:

- Cargos e Salários;
- Avaliação dos Resultados;
- Programa de Habilitação Profissional;
- Investimento em Treinamento Técnico;
- Programa de Qualidade Total e
- Segurança e Medicina no Trabalho.

Além disso, nossos colaboradores realizam treinamentos, participam de cursos profissionalizantes, superior, seminários, palestras e outros voltados para o desenvolvimento e aprimoramento do funcionário.

A CERIPA foi certificada em 04/02/2012, conforme Norma NBR ISO 9001.2008, referente à aplicação de coleta de dados para apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica. Tal certificação visa, além do atendimento ao Órgão Regulador (Resolução ANEEL No. 024/2000), reforçar a credibilidade e transparência no cálculo dos índices apresentados por nossa Empresa, levando através disso, confiança àqueles que utilizam a energia distribuída e comercializada pela CERIPA. Tal certificação é válida até 03/02/2018.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERIPA distribui energia elétrica nos municípios de Itatinga, Arandu, Avaré, Itaipá, Paranapanema, Taquarituba, Buri, Coronel Macedo, Itaberá e Itapeva, todos no Estado de São Paulo. Atualmente (base Dezembro/2017), possui 11.169 consumidores divididos em 16% de consumidores urbanos e 84% de consumidores rurais. Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

.Comportamento do Mercado - A CERIPA não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da Cia. Luz e Força Santa Cruz – CPFL e Elektro Eletricidade e Serviços S/A, e ainda a participação do Programa Governamental PROINFA.

	2017		2016
Geração própria	0		0
CPFL / ELEKTRO	147,90		144,41
PROINFA	0,60		0,60
Total	148,50		145,01
Disponibilidade			
Consumidores - distribuição	136,84		131,01
Direta			
Consumidores livres	0		0
Concessionárias	0		0
Energia Contratual	0		0
Energia de curto prazo	0		0
Fornecimento e suprimento	136,84		131,01
Perdas e diferenças	8,52%		10,69%

Distribuição Direta por Classe de Consumo – A CERIPA não distribuiu energia de forma direta no exercício 2017, caracterizando seu mercado, 100% de Consumidores Cativos. Com relação a este mercado cativo, tivemos um acréscimo de 4,43% comparando-se com o desempenho do exercício anterior. A classe que teve maior aumento foi a Residencial, com 36,45% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2017	2016	%
Residencial	19,13	14,02	36,45
Industrial	14,21	12,57	13,05
Comercial	12,56	11,35	10,66
Rural	85,06	87,20	(2,45)
Outros	5,87	5,88	(0,17)
Total	136,83	131,02	4,43

Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício, importou em R\$ 59.723,15 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ mil

Classe	2017	2016	%
Residencial	12.280,33	7.395,12	66,06
Industrial	7.705,63	6.197,99	24,32
Comercial	8.048,64	5.869,10	37,14
Rural	28.767,69	25.703,01	11,92
Outros	2.920,86	2.542,54	14,88
Total	59.723,15	47.707,76	25,19

Número de Consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017, apresentou um crescimento de 4,18% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2017	2016	%
Residencial	7.971	6.295	26,62
Industrial	41	40	2,50
Comercial	535	465	15,05
Rural	2.501	3.796	-34,11
Outros	121	125	-3,20
Total	11.169	10.721	4,18

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2017, atingiu R\$ 532,16/GWh:

OBS: Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil).

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/GWh
Residencial	641,94
Industrial	542,27
Comercial	640,82
Rural	338,20
Outros	497,59
Média Geral	532,16

Composição da Tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
Tarifa aplicada	12.280,33	7.705,63	8.048,64	28.767,69	2.920,86
Impostos	1.414,21	919,24	919,24	3.394,10	424,26
PIS	41,27	26,82	26,82	99,04	12,38
COFINS	190,46	123,80	123,80	457,10	57,14
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	1.182,48	768,61	768,61	2.837,96	354,75
Taxas	971,26	631,32	631,32	2331,03	291,38
Fiscalização	54,42	35,38	35,38	130,62	16,33
CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDE	722,00	469,30	469,30	1.732,81	216,60
PROINFA	194,84	126,64	126,64	467,61	58,45
OUTROS ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional de Bandeira Tarifária	(3,88)	(2,52)	(2,52)	(9,31)	(1,16)
Custo da energia comprada p/revenda	6.687,14	4.346,64	4.346,64	16.049,14	2.006,14
Encargos de uso da rede elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de pessoal	1.687,23	1.096,70	1.096,70	4.049,36	506,17
Outras despesas operacionais	200,61	130,40	130,40	481,47	60,18
Tarifa bruta da concessionária (*)	9.894,86	6.155,07	6.498,08	23.042,55	2.205,22
Resultado	1.323,75	583,85	926,86	2.471,89	(366,11)

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos, além dos Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2016	18,83	11,58	0,00002
2017	16,46	11,04	0,0018

Atendimento ao Consumidor – A CERIPA concluiu sua participação no Programa Luz para Todos em 2008.

Tecnologia da Informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERIPA segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. Foi desenvolvido um novo site para a Empresa, que vai possibilitar o uso por seus clientes de serviços on-line, como emissão de segundas vias, e solicitações de serviços.

A Empresa continua investindo no aumento do seu parque tecnológico, com o projeto de adquirir novos servidores para ampliação do sistema telefônico de atendimento a consumidores e maior agilidade em seus serviços, aumentando a capacidade dos novos sistemas que estão em desenvolvimento, e, também, a nova demanda de consumidores que será atendida pela Empresa.

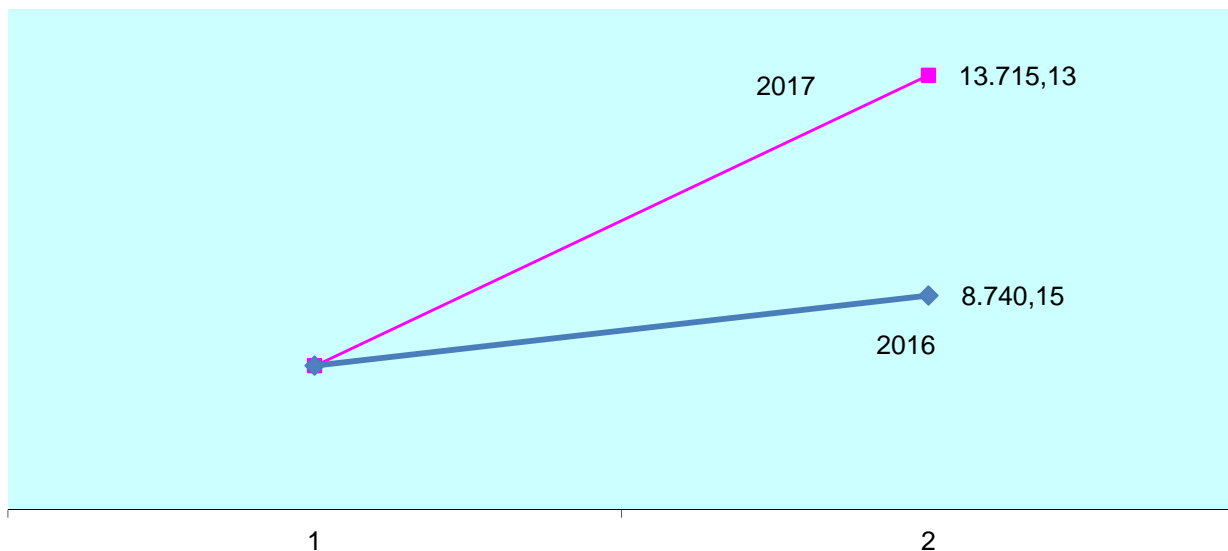
Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2017, a Sobra (Lucro Líquido do Exercício) foi de R\$ 7.617,42 (Reais/mil), com uma Sobra (Lucro) de R\$ 3.285,31 (Reais/mil) em 2016, ocasionando um aumento nos Lucros na Ordem de 131,86%. A Receita Operacional Líquida atingiu em 2017 o valor de R\$ 48.197,00 (Reais/mil), superior em 31,97% em relação a 2016, que foi de R\$ 36.521,91 (Reais/mil).

Os Custos e Despesas Operacionais totalizaram em 2017 R\$ 41.617,83 (Reais/mil), 22,23% superior em relação a 2016 que foi de R\$ 34.049,03 (reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício de 2017 foi de 11,61% em relação a 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 13.715,13 (Reais/mil), superior em 56,92% a 2016, que foi de R\$ 8.740,15 (Reais/mil), conforme variação abaixo:

EBITDA OU LAJIDA - Legislação Societária



Investimentos: Em 2017, os investimentos da Permissionária importaram em R\$ 5.268,51 (Reais/mil), 104,78% inferior em relação a 2016 que foi de 10.788,65 (Reais/mil), conforme a seguir:

Investimentos - R\$ mil			
	2017	2016	%
Obras de Geração	0,00	0,00	0,00
Obras de Transmissão	0,00	0,00	0,00
Obras de Distribuição	5.268,51	10.788,65	(51,17)
Obras	5.042,81	10.243,98	(50,77)
Veículos	166,50	336,10	(50,46)
Equipamento Geral	59,20	208,57	(71,62)
Instalações Gerais	0,00	0,00	0,00
Edificações	0,00	0,00	0,00
Total	5.268,51	10.788,65	(51,17)

Captações de Recursos: Os investimentos de 2017 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERIPA foi de R\$ 49.090,54 (Reais/mil), representando 82,85% da Receita Operacional Bruta.

Composição Acionária: O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 14.331,37 (Reais/mil), com a seguinte composição:

Tipo de Capital	2017	2016
Capital Subscrito	14.384,42	13.601,58
(-) Capital a Integralizar	(53,05)	(47,71)
T O T A L	14.331,37	13.553,87

Relações com o Mercado A CERIPA, com incentivo da ANEEL, participa de eventos, compõe as associações do Setor: INFRACOOOP, FECOERESP, ARSESP, e mantém contato com outras permissionárias do Setor Elétrico.

A CERIPA objetiva manter seus funcionários sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A satisfação do cliente;
- O crescimento dos colaboradores;
- As parcerias;
- A honestidade e a lealdade;
- O trabalho, a competência e a responsabilidade;
- A iniciativa e a criatividade;
- A gestão participativa e empreendedora.

Gestão

Planejamento Empresarial: Esta Permissionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CERIPA faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Mensalmente são realizadas, nas dependências da CERIPA, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

A CERIPA em Números

Atendimento	2017	2016	%
Número de consumidores	11.169	10.721	4,18
Número de empregados	80	80	0,00
Número de consumidores por empregado	140	134	4,48
Número de localidades atendidas	11	11	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00
Mercado	2017	2016	%
Área de concessão (Km ²)	3.741	3.741	0
Geração própria (GWh)	0	0	0
Demanda máxima (MWh/h)	39	36	8,33
Distribuição direta (GWh)	0,136	0,106	28,30
Consumo residencial médio (kWh/ano)	19.128	14.024	36,39
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	532,16	367,26	44,90
Total			
Residencial	641,94	516,03	24,40
Comercial	542,27	517,52	4,78
Industrial	640,82	501,83	27,70
Rural	338,20	298,04	13,47
Suprimento	0,00	0,00	0
DEC (horas)	16,46	18,83	(12,59)
População antecipada - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	15.000	15.000	0,00
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	10.000	10.000	0,00
FEC (número de interrupções)	11,04	11,58	(4,66)

Operacionais	2017	2016	%
Número de usinas em operação	0	0	
Número de subestações	12	12	0,00
Linhas de transmissão (Km)	0	0	
Linhas de distribuição (Km)	2.592	2.875	-9,84
Capacidade instalada (MW)	187,07	178,57	4,76

Financeiros

Receita operacional bruta (R\$ mil)	59.723,15	47.707,76	25,19
Receita operacional líquida (R\$ mil)	48.197,00	36.521,91	31,97
EBITDA OU LAJIDA	13.715,13	8.740,15	56,92
Lucro líquido (R\$ mil)	7.617,42	3.285,31	131,86
Lucro líquido por mil cotas	7,62	3,29	131,86
Patrimônio líquido (R\$ mil)	112.662,94	100.939,70	11,61
Valor patrimonial por cota R\$	63,01	55,61	13,31
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	6,76	3,25	108,00

Endividamento do patrimônio líquido (%)	13,85%	18,22%	(23,98)
Em moeda nacional (%)	13,85%	18,22%	(23,98)
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

Indicadores de Performance

	2017	2016
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	4,00	3,85
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	1.848,76	1.805,06
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	13,24	12,22
Retorno de Ativos por Unidade:	0,04	0,04

Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2017, a CERIPA desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida, e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Mantem convênios com Planos de Saúde e Seguro de Vida aos colaboradores; Créditos de financiamento com desconto em folha de pagamento junto ao Banco Crediceripa, filiado ao SICCOB, e também distribuição de vale alimentação.

Responsabilidade Social

CIPA CERIPA: Os membros da CIPA na CERIPA abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc... Faz-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CERIPA e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança.

	2017			2016		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			48.197,00			36.521,91
Lucro Operacional (LO)			9.086,76			5.667,11
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			8.436,17			6.990,63
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	923,02	10,94%	1,92%	857,08	10,16%	1,78%
Encargos sociais compulsórios	2.221,69	26,34%	4,61%	2.037,58	24,15%	4,23%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	413,36	4,90%	0,86%	385,68	4,57%	0,80%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	28,27	0,34%	0,06%	144,22	1,71%	0,30%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	60,00	0,71%	0,12%	95,51	1,13%	0,20%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	3.646,34	43,22%	7,57%	3.520,07	41,73%	7,30%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habituação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total de contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Tributos - excluídos encargos sociais	8.181,86	90,04%	16,98%	5.424,93	59,70%	11,26%
Total	8.181,86	90,04%	16,98%	5.424,93	59,70%	11,26%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2017	2016
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	80	80
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	15	15
Ensino médio	51	49
Ensino fundamental	14	16
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	14	18
De 30 até 45 anos (exclusive)	35	33
Acima de 45 anos	31	29
Admissões durante o período		
Mulheres que trabalham na empresa	12	12
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	13	13
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	1,11%	1,11%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	50,00%	50,00%

Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	0	0
Estagiários	0	0

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	45,67	45,71
Maior remuneração	50.633,73	48.222,61
Menor remuneração	1.108,77	1.055,00
Acidentes de trabalho	0	0

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2017, queremos agradecer aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os cooperados, clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade; satisfazer as necessidades de nossos clientes internos, externos e cooperados; envolver todos os colaboradores com a política da qualidade; atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Itaí, 30 de Abril de 2018

A Administração.

Demonstrações
Contábeis
2017

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislaço Societária	
	2017	2016
ATIVO	128.270,21	119.500,29
Circulante	43.980,95	37.749,35
Numerário disponível	428,23	283,22
Aplicaçoes no mercado aberto	27.874,40	22.610,88
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8.781,97	6.089,02
Rendas a receber	0,00	0,00
Devedores diversos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00
Provisão para créditos de liquidaço duvidosa	(1.237,17)	(842,70)
Serviços em curso	0,00	9,47
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	1.555,92	1.367,73
Estoque	1.488,10	1.196,45
Imposto de renda e contribuiço social diferidos	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	10,77	10,54
Ativos Financeiros Setoriais	3.447,79	5.730,49
Outros créditos	1.630,94	1.294,25
Ativo Não-Circulante	84.289,26	81.750,94
Realizável a Longo Prazo	452,74	433,03
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	451,17	431,46
Imposto de renda e contribuiço social diferidos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	1,57	1,57
Outros créditos	0,00	0,00
Investimentos	2.289,39	2.188,87
Imobilizado	1.103,74	1.340,78
Intangível	80.443,39	77.788,26

PASSIVO	128.270,21	119.500,29
Circulante	11.695,32	14.621,64
Fornecedores	5.441,21	4.390,44
Folha de pagamento	300,38	232,73
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	0,00	93,10
Taxas regulamentares	1.039,82	357,69
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	729,59	616,54
Credores diversos	1.368,31	1.202,05
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Obrigações estimadas	873,66	818,69
Provisões para contingências	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	0,00	0,00
Programa de Eficiência Energética	0,00	0,00
Passivos Regulatórios	1.942,35	6.910,40
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	3.911,95	3.938,95
Passivo Exigível a Longo Prazo	3.911,95	3.938,95
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Provisões para contingências	3.911,95	3.938,95
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	112.662,94	100.939,70
Capital social	14.331,37	13.553,87
Reserva de reavaliação	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Reservas de lucros	92.601,69	84.305,52
Lucros (prejuízos) acumulados	5.729,88	3.080,31
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2017	2016
Receita operacional	59.723,15	47.707,76
Fornecimento de energia elétrica	22.226,25	12.627,15
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	37.496,90	35.080,61
Outras receitas operacionais	0,00	0,00
Deduções da receita operacional	(11.526,15)	(11.185,85)
ICMS	(5.912,42)	(4.715,34)
PIS	(206,33)	(117,00)
COFINS	(952,30)	(592,59)
ISSQN	0,00	0,00
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	(3.610,02)	(4.268,49)
Encargo do consumidor (PEE, P&D, FNDCT, MME e TFSEE)	(272,12)	(438,66)
Quota para RGR	0,00	0,00
Adicional de Bandeira Tarifária	19,39	(1.074,59)
Ultrapassagem de Demanda	(628,09)	(360,66)
Neutralidade da Parcela A	35,74	381,48
Receita operacional líquida	48.197,00	36.521,91
Custo do serviço de energia elétrica	(33.435,70)	(25.532,10)
Custo com energia elétrica	0,00	0,00
Energia elétrica comprada para revenda	(33.435,70)	(25.532,10)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00
Custo de operação	(1.275,03)	(6.361,31)
Pessoal	(4.996,07)	(6.990,63)
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Material	(1.002,07)	(1.377,17)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00
Serviços de terceiros	(3.777,27)	(4.046,34)
Depreciação e amortização	(4.554,65)	(4.575,17)
Provisões (Reversão)	(115,23)	(587,73)
Recuperação de despesas	13.828,58	12.087,26
Outras	(658,32)	(871,53)
Custo do serviço prestado a terceiros	(34.710,73)	(31.893,41)
Lucro operacional bruto	13.486,27	4.628,50

Despesas operacionais	(6.907,10)	(2.155,62)
Despesas com vendas	0,00	0,00
Despesas gerais e administrativas	(5.904,04)	(1.984,42)
Outras despesas operacionais	(1.003,06)	(171,20)
Resultado do serviço	6.579,17	2.472,88
Resultado de participações societárias	0,00	0,00
Receita (despesa) financeira	2.507,59	3.194,23
Renda de aplicações financeiras	2.160,22	2.779,61
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	0,00	0,00
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	120,27
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00
Outros	347,37	294,35
Resultado operacional	9.086,76	5.667,11
Receita não operacional	601,77	745,08
Despesa não operacional	(960,30)	(2.247,21)
(Prejuízo) Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	8.728,23	4.164,98
Contribuição social	(300,39)	(239,21)
Imposto de renda	(810,42)	(640,46)
(Prejuízo) Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	7.617,42	3.285,31
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro antes do item extraordinário	7.617,42	3.285,31
Item extraordinário	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício / período	7.617,42	3.285,31
(Prejuízo) Lucro por ação - R\$	4,26	1,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	56.213,18	44.824,79
Pagamentos a Fornecedores	(12.653,60)	(12.830,52)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(68.479,63)	(47.432,56)
Salários e Encargos Sociais	(7.824,40)	(6.507,38)
Caixa Gerada pelas Operações	(32.744,45)	(21.945,67)
Encargos Setoriais	(3.760,69)	(7.051,98)
Juros Pagos	(1,43)	(11,62)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(2.094,33)	(1.540,74)
Tributos Estaduais (ICMS)	(5.610,53)	(4.477,02)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(69,06)	(11,58)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	(44.280,49)	(35.038,61)
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	0,00	0,00
Associações e Convênios	0,00	0,00
Viagens	0,00	0,00
Outras Receitas	52.313,87	38.589,59
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<u>8.033,38</u>	<u>3.550,98</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado/Intangível	(8.781,12)	(7.480,24)
Recebido pela Venda de Imobilizado	0,00	0,00
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<u>(8.781,12)</u>	<u>(7.480,24)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	2.294,13	2.004,72
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	1.930,42	3.345,64
Receitas de Aplicações Financeiras	2.160,22	2.779,61
Recebimentos de Empréstimos	0,00	0,00
Pagamentos de Empréstimos	(93,10)	(186,20)
Cheques Devolvidos	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(135,40)	(132,45)
Outras Devoluções	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<u>6.156,27</u>	<u>7.811,32</u>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	5.408,53	3.882,06
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	<u>22.894,10</u>	<u>19.012,04</u>
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	<u>28.302,63</u>	<u>22.894,10</u>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

Legislação societária

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.247,12	0,00	0,00	80.114,52	2.663,68	0,00	94.025,32
Aumento de capital social	2.306,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.306,75
Incentivos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de reservas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	3.285,32	0,00	3.285,32
Destinação proposta à A.G.O.:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	0,00	0,00	0,00	23,82	-23,82	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	4.167,18	-181,19	0,00	3.985,99
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.663,68	0,00	(2.663,68)
Reserva para invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.553,87	0,00	0,00	84.305,52	3.080,31	0,00	100.939,70
Aumento de capital social	777,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	777,50
Incentivos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de reservas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	7.617,42	0,00	7.617,42
Destinação proposta à A.G.O.:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	0,00	0,00	0,00	1.579,30	-1.579,30	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	6.716,87	-2.118,64	0,00	4.598,23
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.269,91	0,00	(1.269,91)
Reserva para invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.331,37	0,00	0,00	92.601,69	5.729,88	0,00	112.662,94

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação societária	
	2017	2016
Receitas	59.249,39	45.617,90
Venda de energia e serviços	59.723,15	47.707,76
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(115,23)	(587,73)
Resultado não operacional	(358,53)	(1.502,13)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(5.272,04)	(5.423,51)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	0,00	0,00
Material e serviços de terceiros	(5.272,04)	(5.423,51)
(=) Valor adicionado bruto	53.977,35	40.194,39
(-) Quotas de reintegração	(4.886,81)	(4.575,17)
(=) Valor adicionado líquido	49.090,54	35.619,22
(+) Valor adicionado transferido	2.507,59	3.194,23
Receitas (Despesas) financeiras	2.507,59	3.194,23
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	51.598,13	38.813,45
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	30.092,87	21.493,85
Remunerações	5.900,16	6.016,91
Encargos sociais (exceto INSS)	693,25	422,05
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	923,02	857,09
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	375,15	364,71
Convênio assistencial e outros benefícios	501,87	731,08
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	1.370,99	2.155,61
Outros	20.328,43	10.946,40
Governo	13.537,32	13.701,86
INSS (sobre folha de pagamento)	1.528,44	1.615,53
ICMS	5.912,42	4.715,34
Imposto de renda e contribuição social	1.110,82	879,66
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	4.985,64	6.491,33
Financiadores	350,52	332,43
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	350,52	332,43
Acionistas	7.617,42	3.285,31
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	7.617,42	3.285,31
Valor adicionado (médio) por empregado	644,98	473,33

Notas Explicativas 2017

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Operações sociais

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí – Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA, que contava com 1.787 e 1.815 cooperados no fim de 2017 e de 2016, respectivamente, tem por objetivo promover o desenvolvimento sócio-econômico através do fornecimento de energia elétrica e do estímulo progressivo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e de racionalização. Suas principais atividades são a distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão e prestação de serviços de eletrificação.

Em 12 de junho de 2008, a administração da Cooperativa assinou o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo objeto é estabelecer os direitos e obrigações da Cooperativa para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, na qualidade de permissionária, pelo prazo de vinte anos, em área delimitada e sem caráter de exclusividade, para exploração, a título precário, do serviço de energia elétrica nos municípios de Itatinga, Arandu, Avaré, Itaí, Paranapanema, Taquarituba, Buri, Coronel Macedo, Itaberá e Itapeva, todos no estado de São Paulo. Seus serviços prestados e tarifas cobradas são regulamentados pela ANEEL.

Ao fim da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à permissionária (vide notas nºs 9 e 12).

Segundo o Contrato de Concessão, a Cooperativa passa por processos de revisão tarifária a cada quatro anos e por processo de reajuste tarifário anualmente.

Em 15 de dezembro de 2015 foi assinado o terceiro aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao fim do Contrato de Concessão, será indenizado ou reembolsado para a Cooperativa.

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital – remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória) (vide nota nº 8).

2 Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A Cooperativa possui bens classificados como ativo imobilizado, ainda que de valor não expressivo, utilizados na obtenção de renda, conforme composto na nota explicativa nº 11.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as peculiaridades da legislação cooperativista (Lei nº 5.764/71) e as normas e instruções da ANEEL. Consideram, ainda, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no que foi julgado pertinente e relevante para a Cooperativa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 9 de fevereiro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Apuração do resultado (sobras ou perdas)

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas, custos e despesas de operações com não cooperados foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios. Os ingressos e receitas são reconhecidos na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cooperativa e quando possa ser mensurável de forma

confiável. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, que corresponde ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, que é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/ despesas financeiras. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

b Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de consumidores e outros; ativo financeiro – concessão do serviço público; fornecedores e supridores de energia elétrica; empréstimos; capital a restituir; taxas regulamentares e valores a receber/ devolver de parcela A; e outros ativos/ passivos financeiros.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial, e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa,

precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

d Contas a receber de consumidores e outros

As contas a receber de consumidores e outros estão demonstrados pelos valores a receber faturados e não faturados, esses por estimativa, do fornecimento de energia elétrica até o encerramento do exercício, com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em valor julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos valores a receber. Tem base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Considera, também, uma análise dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se nas experiências da Cooperativa em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. A administração da Cooperativa e a assessoria jurídica não têm a expectativa de outras perdas significativas.

f Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e os materiais destinados à aplicação em obras de expansão e melhorias no sistema elétrico são classificados no ativo intangível e estão registrados ao custo médio de aquisição (custo médio ponderado), e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

g Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Refere-se aos valores a receber e a devolver de Parcela A devido à variação dos custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas revisões e/ou reajustes tarifários. Esses valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

h Ativo financeiro – concessão do serviço público

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o fim da concessão. classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e são deduzidos das obrigações especiais da união e de consumidores.

i Investimentos

Representado pela participação na Cooperativa de Crédito Rural de Itáí – Paranapanema – Avaré – Crediceripa, avaliada pelo custo de aquisição e a ajustada ao valor justo quando aplicável, que corresponde à efetiva participação da Cooperativa no capital social da investida.

j Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. Inclui os ativos das atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica. A administração da Cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo imobilizado exceda o seu valor recuperável.

k Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura (bens), utilizada pela Cooperativa como parte do contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, que dá o direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado. É avaliado pelo custo de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido da reintegração acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A administração da Cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

l Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A administração da Cooperativa revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

m Fornecedores e supridores de energia elétrica

As contas a pagar aos fornecedores e aos supridores de energia elétrica são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetivos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O resultado decorrente das operações com cooperados é isento desses tributos. As operações com não cooperados geram tributos, sendo calculados com base no lucro real apurado, de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes.

o Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos, que

reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

p Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo, ou o valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para o registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

5 Taxas regulamentares

a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL e, a partir do exercício de 2013, com a entrada em vigor da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, a arrecadação da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi reduzida em 75%.

b Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério das Minas e Energia (MME)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as permissionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A partir da aprovação da Lei nº 13.280/2016, as cooperativas com faturamento inferior a 500 GWh estão desobrigadas a investir nos programas de PEE, P&D e, conseqüentemente, a contribuir para o FNDCT e MME.

c Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Encargo criado com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica). O custeio do PROINFA é estabelecido em conformidade com o Plano Anual do PROINFA (PAP), elaborado pela Eletrobrás, sendo suas quotas determinadas em função do mercado relativo aos consumidores cativos, livres e autoprodutores (caso o consumo seja maior que a geração própria) de cada distribuidora. O valor anual atribuído à permissionária é recolhido em duodécimo.

d Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo permissionário.

6 Numerário Disponível

A Permissionária possui o montante de R\$ 428,23 (Reais/mil) em Numerário Disponível, devidamente contabilizados e desdobrados, conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de conta	Legislação societária	
		2017	2016
CERIPA	Caixa	1,00	1,00
Banco do Brasil	Conta Corrente	27,09	13,18
Banco Bradesco	Conta Corrente	97,94	24,80
Caixa Econômica Federal	Conta Corrente	57,82	92,31
Banco Santander	Conta Corrente	243,50	151,21
Banco Itaú	Conta Corrente	0,80	0,63
Crediceripa (SICOOB)	Conta Corrente	0,08	0,09
Total		428,23	283,22

7 Aplicações no Mercado Aberto

A Permissionária possui o montante de R\$ 27.874,40 (Reais/mil) em Aplicações no Mercado Aberto, devidamente contabilizados, desdobrados a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2017	2016
Crediceripa (SICOOB)	Fundos de Investimento	Indeterminado	CDI	11.890,20	10.567,10
Banco Santander	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	482,60	445,46
Banco do Brasil	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	335,97	466,05
Caixa Econômica Federal	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	15.140,73	11.129,29
Banco Itaú	Aplicação Aut Mais	Indeterminado	CDI	24,90	2,98
Total				27.874,40	22.610,88

8 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2017 e 2016, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2017	2016
Consumidores		
Faturados	6.452,08	4.287,78
Não faturados	1.522,98	1.131,05
Serviço Taxado	9,61	16,05
Participação Financeira	530,33	447,12
Outros Créditos	266,97	207,02
Sub Total	8.781,97	6.089,02
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	8.781,97	6.089,02

9 Composição das Contas a Receber

A seguir segue a composição do nosso Contas a Receber em 2017 e 2016:

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2017	2016	2017	2016
Residencial	1.047,99	206,65	221,41	1.476,04	316,57	108,01	1.159,47	857,67
Industrial	559,31	42,10	0,00	601,41	35,13	19,94	566,28	417,06
Comércio, Serviços e Outras Atividades	633,01	8,22	180,86	822,09	13,02	11,58	809,07	493,97
Rural	2.740,90	322,46	161,23	3.224,59	65,21	32,65	3.159,38	2.279,12
Poder Público	78,11	22,91	3,12	104,14	0,33	0,33	103,81	105,99
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	39,05	11,46	1,56	52,07	0,17	0,17	51,90	37,23
Municipal	39,05	11,46	1,56	52,07	0,16	0,16	51,91	37,22
Iluminação Pública	29,51	59,01	34,42	122,94	0,00	0,00	122,94	90,07
Serviço Público	100,87	0,00	0,00	100,87	0,00	0,00	100,87	75,44
Atualização Regime de Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda não Faturada	1.522,98	0,00	0,00	1.522,98	0,00	0,00	1.522,98	1.131,05
Serviço Taxado	0,58	0,00	9,03	9,61	9,61	16,05	-	16,05
Participação Financeira	116,67	0,00	413,66	530,33	530,33	447,12	-	447,12
Outros Créditos	42,72	0,00	224,25	266,97	266,97	207,02	-	207,02
Subtotal - Consum.	6.872,64	661,35	1.247,99	8.781,97	1.237,17	842,70	7.544,80	6.089,02
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.872,64	661,35	1.247,99	8.781,97	1.237,17	842,70	7.544,80	6.089,02

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

10 Tributos a Compensar

A composição de Tributos a Compensar era a seguinte em 2017 e 2016:

	Legislação societária	
	2017	2016
ICMS	1.110,65	766,18
IRRF sobre Aplicações	331,93	279,27
PIS/COFINS	0,29	0,17
IRPJ Estimado	-	318,08
CSLL Estimada	113,05	4,03
Total	1.555,92	1.367,73

11 Outros Créditos

Com referência a Outros Créditos, os valores de 2017 e 2016 estão assim distribuídos:

	Legislação societária	
	2017	2016
Contrato de mútuo	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	317,21	201,75
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Empréstimos compulsórios	0,00	0,00
PASEP a compensar	0,00	0,00
Caução do contrato da STN	0,00	0,00
Outros créditos a receber	1.313,73	1.092,50
Total	1.630,94	1.294,25

12 Investimentos

A composição dos Investimentos era a seguinte em 2017 e 2016:

	2017	2016
Crediceripa (SICOOB)	2.289,39	2.188,87

Esta era a composição do Imobilizado e Intangível em 2017 e 2016:

	Legislação societária				
	2017	2016			
Em serviço	125.817,05	120.537,14			
Em curso	8.142,23	7.844,97			
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas	(49.322,42)	(46.932,52)			
Sub Total	84.636,86	81.449,59			
Obrig.especiais vinc.à conc.do serv.público de energia elétrica	(3.089,73)	(2.320,55)			
Sub Total	(3.089,73)	(2.320,55)			
Total	81.547,13	79.129,04			
			Legislação societária		
				2017	2016
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Transmissão					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição					
Custo histórico	7,71%	123.038,34	(48.249,87)	74.788,47	71.574,56
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Administração					
Custo histórico	10,00%	1.212,89	(598,47)	614,42	694,74
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativ. não vinc.à conces.do Sev.Públ.de E. Elétrica					
Custo histórico	10,00%	1.565,82	-474,07	1.091,75	1.335,32
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
		125.817,05	(49.322,41)	76.494,64	73.604,62
Em curso					
Geração		0,00	0,00	0,00	0,00
Transmissão		0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição		8.130,22	0,00	8.130,22	7.832,97
Comercialização		0,00	0,00	0,00	0,00
Administração		0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades não vinc. à concessão do Serv. Públ. de Energia Elétrica		12,00	0,00	12,00	12,00
		8.142,22	0,00	8.142,22	7.844,97
Total		133.959,27	(49.322,41)	84.636,86	81.449,59

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 44/1999 atualizada pela Resolução ANEEL nº 240/2006, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Geração	
Equipamento Geral	0
Equipamentos da Tomada D'Água	0
Estrutura da Tomada D'Água	0
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0
Turbina Hidráulica	0
Transmissão	
Condutor do Sistema	0
Equipamento Geral	0
Estrutura do Sistema	0
Religadores	0
Distribuição	
Banco de Capacitores	6,7
Chave de Distribuição	6,7
Condutor do Sistema de Distribuição	5
Estrutura (Poste, Torre) do Sistema de Distribuição	5
Regulador de Tensão do Sistema de Distribuição	4,8
Transformador de Distribuição	5
Medidor	4
Veículo	20
Comercialização	
Administração Central	
Edificações – Outras	4
Equipamento Geral	10
Veículos	20

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O ativo imobilizado apresenta reavaliação, a valor de mercado, realizada pela Cooperativa em 31 de dezembro de 1999, através de laudo de avaliação de peritos independentes. Conforme facultado pelas novas práticas contábeis, que eliminaram a possibilidade de reavaliação de ativos, a Administração da Cooperativa optou pela manutenção da reserva de reavaliação até sua realização final, que se dá pela depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, até o exercício de 2012. Em 2013 optou por transferir o saldo remanescente para Fundo de Desenvolvimento, como também em 2014. Em 2015 e 2016 este saldo já estava zerado totalmente.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens. A Administração da Cooperativa entende que a depreciação e amortização do ativo imobilizado deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de depreciação e amortização, o total do ativo imobilizado será sempre depreciado e amortizado de forma não linear.

Conforme ofício nº 039/2011, de 2 de dezembro de 2011, a INFRACOOP solicitou para a Cooperativa a prorrogação da data de implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, cujo mesmo foi deferido com a dilação do prazo proposto até dia 30 de abril de 2012, na qual foi atendida. A implantação final ocorreu nesta data.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica:

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Participação da União Federal (i)	670,28	670,28
Participação do consumidor Financeira	<u>2.419,46</u>	<u>1.650,28</u>
	<u>3.089,74</u>	<u>2.320,55</u>

14 Fornecedores

A composição de nossos Fornecedores era a seguinte em 2017 e 2016:

	Legislação societária	
	2017	2016
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	248,85	254,47
CPFL - Cia. Luz e Força Santa Cruz	5.084,32	3.700,65
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	5.333,17	3.955,12
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	108,04	435,32
Sub Total - Materiais e Serviços	108,04	435,32
Total	5.441,21	4.390,44

15 Folha de Pagamento

Esta era a composição de nossa Folha de Pagamento em 2017 e 2016:

	Legislação societária	
	2017	2016
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	198,64	157,21
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	101,50	75,52
Pensões Judiciais	0,24	
Total	300,38	232,73

Obs: Não existe dívida com salários de empregados e ordenados de diretores, pois as obrigações são pagas no mês de competência.

16 Empréstimos e Financiamentos

Esta era a composição de nossos Empréstimos e Financiamentos a curto e longo prazo, que inclui somente o Financiamento do Programa “Luz para Todos”:

	Legislação societária				
	Circulante		LP	Total	Total
	Principal	Encargos	Principal	2017	2016
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
ELETROBRÁS (Luz para Todos)	0,00	0,00	0,00	0,00	93,10
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	93,10

O saldo do empréstimo junto à Eletrobrás (Luz para Todos) foi liquidado em 2017.

17 Taxas Regulamentares

Demonstramos a seguir as Taxas Regulamentares que estão sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2017 e 2016:

	Legislação societária	
	2017	2016
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	14,82	9,53
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	302,85	296,81
Outros Encargos	722,15	51,35
Subtotal	1.039,82	357,69
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	-	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	-	-
Total	1.039,82	357,69

18 Tributos e Contribuições Sociais

Demonstramos abaixo os Tributos e Contribuições Sociais sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2017 e 2016:

	Legislação societária	
	2017	2016
ICMS	429,93	320,59
COFINS	100,46	44,22
PIS-Faturamento	21,77	9,58
Subtotal	552,16	374,39
INSS Autônomos	1,30	1,21
FGTS Empregados	58,96	48,69
ISS Terceiros	0,00	14,88
IRRF Terceiros	0,12	0,30
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	0,42	0,94
PIS-Folha	7,40	7,09
IRPJ a Recolher	59,33	169,04
CSLL a Recolher	49,90	0,00
Total	729,59	616,54

19 Credores Diversos

Esta era a composição de nossos Credores Diversos em 2017 e 2016:

	Legislação societária	
	2017	2016
Energia Recebida em Duplicidade	5,30	8,11
Iluminação Pública	84,36	8,04
Plano de Saúde	33,94	71,61
Luz da Terra	18,05	18,05
Recebimentos a Identificar de Consumidores	222,62	134,06
Crédito Fatura Negativa	27,46	-
Bônus Itaipu - Eletrobrás	0,43	0,43
Subtotal	392,16	240,30
Associação Conta Capital a Restituir	721,91	705,02
Depósitos Bancários a Classificar	56,27	57,48
Adiantamento de Terceiros	35,00	35,00
Saldo Negativo em C/C - Crediceripa	33,64	37,09
Sobras de Exercícios Anteriores	129,33	127,16
Total	1.368,31	1.202,05

20 Obrigações Estimadas

A seguir demonstramos nossas Obrigações Estimadas em 2017 e 2016:

	Legislação societária	
	2017	2016
Provisão de Férias	621,62	582,30
Provisão de Encargos de Férias	252,04	236,39
Total	873,66	818,69

21 Provisões para Contingências

Segue abaixo o demonstrativo de nossas Provisões para Contingências:

Contingência	2016			2015		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.309,68	1,57	0,00	3.336,68	1,57
Subtotal	0,00	3.309,68	1,57	-	3.336,68	1,57
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	602,27	0,00	0,00	602,27	0,00
Subtotal	-	602,27	0,00	-	602,27	0,00
Total	-	3.911,95	1,57	-	3.938,95	1,57

- Contingências Cíveis

A Cooperativa discute na justiça o valor da cobrança realizada pela CPFL Energia S/A, correspondente ao excedente de energia que foi contratada. A Administração da Cooperativa e os assessores jurídicos não concordam com o valor da cobrança, motivo pelo qual estão discutindo na justiça. A Cooperativa de forma conservadora realizou depósito judicial no valor de R\$/mil 626,11 e optou pela constituição da provisão para contingências cíveis do total da cobrança no valor de R\$/mil 1.021,12. A Cooperativa já teve ganho de causa, e efetuou o saque do depósito judicial no valor de R\$/mil 528,98, ficando um saldo a resgatar de R\$/mil 98,69, também já sacando quase totalmente o saldo remanescente, ficando apenas um saldo de R\$/mil 1,57. A Cooperativa efetuou uma provisão de R\$/mil 3.336,68 em 2015, conforme relatório dos assessores jurídicos, só tendo uma baixa por resolução de um dos processos, no valor de R\$/mil 27,00.

- Contingências Tributárias

A Cooperativa recebeu autuação no montante de 602,27 (R\$/mil) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF), pela exclusão na apuração da base de cálculo da

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das operações praticadas dentro do ato cooperativo, tendo recorrido administrativamente contra esse entendimento fiscal.

A Administração da Cooperativa constituiu provisão para contingências tributárias no montante autuado.

No segundo semestre do exercício de 2009, a Cooperativa recebeu intimações da SRF no montante de aproximadamente 192,00 (R\$/mil), referentes à não homologação de declarações de compensação (Dcomp) apresentadas, visto a inexistência do crédito alegado a título de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário 2000. A Administração da Cooperativa está contestando as referidas intimações na esfera administrativa. Devido ao estágio da contestação, a solução final não pode ser definida no momento e, portanto, não foi consignada provisão para contingências nas demonstrações financeiras.

A Administração da Cooperativa, suportada por opinião jurídica no sentido de que não há obrigação legal, entende não serem devidos determinados tributos incidentes sobre operações praticadas por sociedades cooperativas, ainda que passíveis de questionamentos pelas autoridades fiscais competentes. Considerando esse entendimento, os montantes não foram quantificados e, conseqüentemente, provisionados nas demonstrações financeiras. De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

A Administração da Cooperativa, com base em suas análises e estimativas, entende serem adequadas e suficientes as provisões constituídas para suportar eventuais perdas ao final das discussões.

22 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 14.331,37 (Reais/mil), com a seguinte composição:

Tipo de Capital	2017	2016
Capital Subscrito	14.384,42	13.601,58
(-) Capital a Integralizar	(53,05)	(47,71)
T O T A L	14.331,37	13.553,87

Reserva de Lucros e Sobras (Lucro) do Exercício

A composição das Reservas de Lucros e as Sobras (Lucro) do Exercício estão desdobrados de acordo com a tabela abaixo:

Reservas de Lucros	Legislação societária	
	2017	2016
FATES	5.120,85	3.907,41
Fundo de Reserva Legal	17.934,81	16.355,50
Fundo de Desenvolvimento	67.236,66	61.833,75
Reserva Especial de Participação	1.483,32	1.382,81
Reservas de Incentivos Fiscais	826,05	826,05
Sub Total	92.601,69	84.305,52
Total das Reservas de Lucros	92.601,69	84.305,52

Sobras	Legislação Societária	
	2017	2016
Sobras do Exercício à Disposição da AGO	5.729,88	3.080,31
Sub Total	5.729,88	3.080,31
Total	98.331,57	87.385,83

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados na AGO.

23 Fornecimento de Energia Elétrica / Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica

Consumidores	N° de consum.		MWh		2017			2016			
	2017	2016	2017	2016	Coop	Não Coop	Total	Coop	Não Coop	Total	
Residencial	7.971	6.295	19.128	14.024	3.468,86	8.811,47	12.280,33	1.736,23	5.658,88	7.395,12	
Industrial	41	40	14.214	12.568	2.445,07	5.260,56	7.705,63	2.002,10	4.195,89	6.197,99	
Comercial	535	465	12.565	11.347	4.377,35	3.671,28	8.048,64	3.200,43	2.668,67	5.869,10	
Rural	2.501	3.796	85.057	87.195	24.904,6	3	3.863,06	28.767,69	20.541,06	5.161,95	25.703,01
Poder público	58	68	1.873	1.922	6,94	913,11	920,06	5,60	790,68	796,27	
Iluminação pública	43	37	1.770	1.710	-	557,75	557,75	-	405,62	405,62	
Serviço público	20	20	2.231	2.249	3,24	1.047,90	1.051,14	1,34	881,76	883,10	
Receita não faturada	-	-	-	-	274,02	117,91	391,91	351,51	106,05	457,56	
					35.480,1						
	11.169	10.721	136.838	131.015	1	24.243,04	59.723,15	27.838,27	19.869,49	47.707,76	

24 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	R\$		MWh	
	2017	2016	2017	2016
Energia elétrica comprada	32.461,51	24.687,33	147.901,25	144.405,77
Alternativas de energia elétrica - PROINFA	974,18	844,76	-	-
	33.435,70	25.532,10	147.901,25	144.405,77

25 Custos de Operação e Despesas Operacionais (exceto Compra de Energia)

	Legislação societária		Legislação societária		Legislação societária	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Despesas com Vendas		Custo de Operação		Despesas Operacionais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	3.657,57	6.016,91	2.242,59	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	1.499,69	2.037,58	722,01	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	749,62	857,08	173,40	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	0,00	3,59	107,14	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	0,00	-1.370,99	-2.155,61	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	460,18	231,08	194,96	0,00
Total Pessoal	0,00	0,00	4.996,07	6.990,63	3.440,10	0,00
Material	0,00	0,00	1.002,07	1.377,17	64,95	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	3.777,27	4.046,34	427,74	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	287,84	332,43	62,68	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	4.554,65	4.575,17	332,17	0,00
Provisões	0,00	0,00	115,23	587,73	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	115,23	587,73	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	42,34	59,13	18,32	0,00
Outras	0,00	0,00	-13.500,44	-11.607,29	2.561,14	2.155,62
Total Outras	0,00	0,00	-13.458,10	-11.548,16	2.579,46	2.155,62
Total Geral	-	-	1.275,03	6.361,31	6.907,10	2.155,62

Por mudança de critério, em 2017 os custos de operação foram corretamente separados das despesas operacionais, sendo que até 2016 o valor total era considerado custo operacional.

26 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

Legislação societária

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2017	2016
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	2.507,59	0,00	0,00	2.507,59	3.194,23
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	2.507,59	0,00	0,00	2.507,59	3.194,23
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	2.507,59	0,00	0,00	2.507,59	3.194,23

27 Resultado Não Operacional

	Legislação societária	
	2017	2016
Receitas não Operacionais	601,77	745,08
Prejuízo na desativação de bens e direitos	-	(890,62)
Prejuízo na alienação de bens e direitos	-	(198,02)
Perdas no inventário	-	(239,35)
Outras despesas não operacionais (Clube Ceripa)	(960,30)	(919,22)
Sub Total (Despesas não Operacionais)	(960,30)	(2.247,21)
Resultado não Operacional	(358,53)	(1.502,13)

28 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2017	2016
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.728,23	4.164,98
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	1.110,81	879,67
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	1.110,81	879,67

29 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Plano Previdenciário e outros benefícios não foram implantados nos exercícios de 2017 e 2016.

30 Transações com Partes Relacionadas

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo o fornecimento de energia elétrica e pagamento de pró-labore. A energia elétrica fornecida é baseada nas tarifas aprovadas pela ANEEL. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

Parte relacionada	Natureza da operação	2017	2016
Conselho de Administração	Fornecimento de energia elétrica	535.730	402.915
Conselho de Administração	Remuneração	461.004	432.960
Conselho de Administração	Capital social	48.047	48.692
Conselho Fiscal	Fornecimento de energia elétrica	126.658	95.690
Conselho Fiscal	Remuneração	134.928	126.720
Conselho Fiscal	Capital social	16.301	21.301

31 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço por valores iguais ou que se aproximam dos seus valores de mercado, conforme critérios contábeis descritos nas correspondentes notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os principais instrumentos financeiros estão assim resumidos:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** está representado ao seu valor contábil, que equivale ao seu valor de mercado.

- **Contas a receber – Consumidores e outros:** decorrem diretamente das operações da Cooperativa, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Empréstimos e financiamentos:** estão representados pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamentos específica para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados (Programa Luz para Todos).
- **Fornecedores:** decorrem das operações da Cooperativa e estão registrados pelos seus valores originais.

Não há operações com instrumentos financeiros derivativos ou ativos especulativos nos exercícios.

32 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERIPA não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, nos exercícios de 2017 e 2016.

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Valores expressos em milhares de R\$

<u>Riscos</u>	<u>vigência</u>	<u>segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Veículos	27/06/2017 a 27/06/2018	305,00	32,00

34 Eventos Subseqüentes

34.1 Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais já tiveram reflexo no encerramento deste Exercício e influenciarão o próximo exercício que ora se inicia. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a amortização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4o, trimestre. Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL No. 4722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a

17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a ANEEL já aprovou e publicou, via Resolução Normativa, o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, a vigorar a partir de 01/01/2011, sempre no intuito de harmonizar a Regulação às Normas Internacionais e, quando tal harmonia não for possível, tornando obrigatória a duplicidade de balanços, denominando-os de "Regulatório e Societário".

35 Racionamento de Energia Elétrica

Não houve nos exercícios de 2017 e 2016 intervenção governamental ou de outra natureza que nos levasse a efetuar racionamento de energia elétrica.

36 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2017, a CERIPA desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida, e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Mantém convênios com Planos de Saúde e Seguro de Vida aos colaboradores; Créditos de financiamento com desconto em folha de pagamento junto ao Banco Crediceripa, filiado ao SICCOOB, e também distribuição de vale alimentação.

Responsabilidade Social

CIPA CERIPA: Os membros da CIPA na CERIPA abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc... Faz-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CERIPA e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança.

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017			2016		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			48.197,00			36.521,91
Lucro Operacional (LO)			9.086,76			5.667,11
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			8.436,17			6.990,63
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	923,02	10,94%	1,92%	857,08	10,16%	1,78%
Encargos sociais compulsórios	2.221,69	26,34%	4,61%	2.037,58	24,15%	4,23%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	413,36	4,90%	0,86%	385,68	4,57%	0,80%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	28,27	0,34%	0,06%	144,22	1,71%	0,30%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	60,00	0,71%	0,12%	95,51	1,13%	0,20%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte – excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	3.646,34	43,22%	7,57%	3.520,07	41,73%	7,30%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total de contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Tributos - excluídos encargos sociais	8.181,86	90,04%	16,98%	5.424,93	59,70%	11,26%
Total	8.181,86	90,04%	16,98%	5.424,93	59,70%	11,26%

37 Atividades não Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

A CERIPA possui um clube recreativo denominado “CLUBE CERIPA”, sendo uma atividade não vinculada a sua Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Este clube é de recreação e entretenimento para os colaboradores da permissionária.

38 Análise Econômico-Financeira

38.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERIPA, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, sendo que, ao término do exercício de 2017, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 59.723,15 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 25,19% que foi de R\$ 47.707,76 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2017 foi de 11.169 já em 2016 foi de 10.721 ocasionando um aumento de 4,18% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2017, importou em R\$ 8.436,17 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 6.990,63 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 20,68% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais – Houveram em 2017 R\$ 5.904,04 (Reais/mil) de despesas gerais e administrativas, sendo que em 2016 foram de R\$ 1.984,42 (Reais/mil), tendo sido 197,52% superior ao ano anterior.

Despesa não Operacional – As Despesas não Operacionais no exercício de 2017 foram de R\$ 960,30 (Reais/mil), e no exercício de 2016 foram de R\$ 2.247,21 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2017, importou em R\$ 2.507,49 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2016, houve um Resultado Financeiro R\$ R\$ 3.194,23 (Reais/mil).

38.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2017	2016
1. Liquidez				
Corrente	AC / PC	R\$	3,76	2,58
Seca	(AC - E) / PC	R\$	3,63	2,50
Imediata	AD / PC	R\$	2,42	1,57
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	2,85	1,77
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	22,58	9,70
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	15,21	11,88
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	12,75	6,89
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	53,15	24,24
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	6,76	3,25
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	5,94	2,75
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	12,17	15,53
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	87,83	84,47
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	65,36	68,05
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	34,64	31,95
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	4,49	9,89
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	584,99	599,96
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	32,29	23,13

Valores Expresso em Reais/Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

39 Empreendimentos em Conjunto

A CERIPA atualmente não possui empreendimentos em conjunto

40 Instituição do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de Informações Econômicas e Financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do Setor. Tal Manual tem sido constantemente atualizado e revisto pela SFF/ANEEL e atualmente, denominou-se Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

41 Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERIPA vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

42 Energia Livre

A CERIPA, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a Cia. Luz e Força Santa Cruz – CPFL e Elektro Eletricidade e Serviços S/A., conforme instruções do Órgão Regulador.

43 RTE

Não houve RTE para a CERIPA nos exercícios de 2017 e 2016

44 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda.

45 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa na primeira nem na segunda Revisão Tarifária.

46 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica/Eficiência Energética (P & D e PEE)

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o art. 1º da Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, as Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição, Transmissão ou Geração de Energia Elétrica, as Permissionárias de Serviços Públicos e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. O Manual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico estabelece as diretrizes e orientações para a elaboração de projetos de P&D, onde estes deverão estar pautados pela busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. A pesquisa empresarial no setor de energia elétrica deverá ter metas e resultados previstos bem definidos, porque é diferente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação. A ANEEL é responsável pela avaliação e fiscalização da execução dos projetos para reconhecimento dos investimentos realizados. Em relação aos Programas de Eficiência Energética – PEE, conforme dispõe a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida, segundo regulamentos da ANEEL. O objetivo desses programas é demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso, busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito desses programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica. O Manual dos Programas de Eficiência Energética é um guia determinativo de procedimentos dirigido às Empresas, para elaboração e execução do PEE regulados pela ANEEL. Definem-se no Manual, a estrutura e a forma de apresentação dos projetos, os critérios de avaliação e de fiscalização e o tipo de projetos que podem ser realizados com recursos do PEE. Apresentam-se, também, os procedimentos para contabilização dos custos e apropriação dos investimentos realizados.

Em relação aos investimentos realizados pela CERIPA até 31 de janeiro de 2016, o passivo corrigido a investir apresenta-se a seguir, pois a partir de Maio/2016 a CERIPA deixou de ser obrigada a investir em projetos de PEE e P&D:

PROGRAMA DE P & D - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – 2108.1.03				
Ciclo	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2016/2017	0,00	(0,00)	0,00	0,00
TOTAL				0,00

FNDCT – 2108.1.01				
Ciclo	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2016/2017	0,00	(0,00)	0,00	0,00
TOTAL				

MME – 2108.1.02				
Ciclo	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2017/2016	0,00	(0,00)	0,00	0,00
TOTAL				

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE – 2108.2				
Ciclo	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2016/2017	0,00	(0,00)	0,00	0,00
TOTAL				0,00

47 Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

A CERIPA iniciou em 2009 a Universalização de seus consumidores, sendo 00 consumidores em 2014 e 00 consumidores em 2013.

48 Ganhos Contingentes

A CERIPA não possui, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuem movimentação, sendo:

- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Comodato;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos;
- Debentures;
- Programa de desestatização;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial.

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

50 PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas Renováveis na Produção de Energia Elétrica:

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, em seu art. 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA. Para tanto, segundo o disposto nos arts. nºs 12 a 14 e 16, fixa as seguintes diretrizes:

1. a ANEEL deverá estabelecer quotas de custeio e de energia a cada um dos agentes do SIN que comercializem energia com consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD relativas a consumidores livres;
2. o cálculo de tais quotas deve ser baseado no Plano Anual do PROINFA - PAP, a ser elaborado pela ELETROBRÁS e encaminhado para a ANEEL, até 30 de outubro de cada ano, para homologação;
3. as quotas devem ser estabelecidas proporcionalmente ao consumo verificado, de modo a não acarretar vantagens nem prejuízos à ELETROBRÁS, e pagas até o dia 10 do mês anterior ao de referência; e

4. a partir do 2º ano o PAP deve levar em consideração alteração do mercado consumidor, de preços e dos montantes de energia contratados, a inadimplência, e os montantes de energia efetivamente gerados no âmbito do PROINFA.

Diante desta regulamentação setorial, coube à CERIPA as seguintes quotas do PROINFA, sendo:

Ano	Gwh	Valor
2015	819,01	819,01
2016	844,76	844,76
2017	974,18	974,18

51 Ativos não Elegíveis e Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). A CERIPA teve sua primeira revisão tarifária em Fev/2014 e a segunda revisão tarifária em Abril/2017, sendo que ainda não temos a posição destes ativos após a segunda revisão tarifária. Segue abaixo a planilha onde consta os Ativos não elegíveis e o Investimento remunerável constantes da primeira revisão tarifária:

4.1 Cálculo da Remun.de Capital (RC) e Quota de Reinteg. Regulatória (QRR)			
Base Revisão 1CRTP	16-12-13 e 21 01 14	AP N° 111	Base RTE
Descrição	R\$	R\$	R\$
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	105.231.721,14	105.231.721,14	104.236.377,04
(2) Obrigações Especiais Bruta	-	6.475.409,21	6.435.503,60
(3) Bens Totalmente Depreciados	12.765.366,78	13.858.460,34	12.032.874,90
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	92.466.354,36	84.897.851,58	85.767.998,54
(6) Depreciação Acumulada	50.131.798,69	49.060.553,05	47.435.878,49
(7) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1) - (6)	55.099.922,45	56.171.168,09	56.800.498,55
(8) Obrigações Especiais Líquida	-	-	6.435.503,60
(9) Terrenos e Servidões	827.578,32	827.578,32	826.596,57
(10) Almoxarifado em Operação	315.695,16	315.695,16	312.709,13
(11) Base de Remuneração Líquida Total = (7)-(8)+(10)	56.243.195,93	57.314.441,57	50.677.704,08
(12) Taxa de Depreciação	4,00%	4,00%	4,00%
(13) Rwaccpré	3,77%	3,77%	3,77%
(14) Remuneração de Capital (RC) = (11)*(13)	2.120.368,49	2.160.754,45	1.910.549,44
(15) Quota de Reintegração Regulatória (QRR) = (5)*(12)	3.698.654,17	3.395.914,06	3.430.719,94
SOMA (14+15)-REMUNERAÇÃO + DEPRECIACÃO REGUL.	5.819.022,66	5.556.668,51	5.341.269,39
DIFERENÇAS	262.354,15	215.399,13	


52 Reajuste Tarifário

No dia 10/02/2015 foi homologado à CERIPA o seu Reajuste Tarifário IRT-2015 em

40,55%. Em 10/02/2016 as tarifas foram prorrogadas até 28/04/2017. Em 29/04/2017 foi homologado o Reajuste Tarifário IRT-2017 em 26,22%, com tarifas válidas até 28/04/2018.

53 Formatação Básica das Notas Explicativas

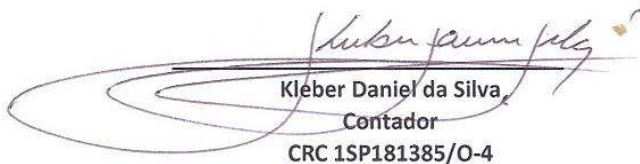
As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 15/04/2011 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as políticas contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.



Peter Joharñes Beckers
Presidente



Hugo Ferraz da Silveira
Gerente Geral



Kleber Daniel da Silva
Contador
CRC 1SP181385/O-4

Relatório dos Auditores
Independentes
2017

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

MOORE STEPHENS

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores
Av. Presidente Vargas, 2001 - Conj. 136
Ribeirão Preto - SP - 14020-260
Tel 55 (16) 3019-7900
msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai – Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA* (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai – Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA* em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 9 de fevereiro de 2018.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 25P17256/O-3



Hélio Mazzi Júnior

Contador CRC 15P189107/O-3

